



DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES E DOS OPERADORES PRIVADOS NO PROCESSO DA MIGRAÇÃO DIGITAL

No âmbito do seu plano de actividades para o ano 2017, o MISA-Moçambique, uma organização da Sociedade Civil que trabalha na promoção e defesa da liberdade de expressão, de imprensa e direito à informação, participa nas acções do Observatório de Migração Digital, constituído em Maio de 2015, por um grupo de organizações da sociedade civil que trabalham na promoção do Acesso à Informação e na defesa dos direitos humanos, em Moçambique.

Com esta acção, o MISA-Moçambique pretende dar a sua contribuição para a reactivação das acções de monitoria da implementação da migração digital, em Moçambique, como forma de garantir que o processo ocorra:

i) de forma mais informada e inclusiva para todos os cidadãos; ii) de modo a garantir que a migração represente uma oportunidade para a extensão do direito à informação através dos media, não um risco de exclusão; iii) por forma a permitir uma correcta educação tecnológica a todos os cidadãos; iv) por forma a que os novos prazos definidos pela SADC sejam respeitados, garantido que não haja zonas de “apagão”; v) garantir uma maior transparência no negócio da migração digital, em todos os níveis da cadeia de valores; vi) permitir que seja aprovado um quadro legal que facilite modalidades mais adequadas para a instalação de canais de televisão, assim como da qualidade dos conteúdos recebidos pelas audiências.

Até Junho de 2015, Moçambique deveria ter transitado do sistema analógico para o digital de transmissão da rádio e televisão. O objectivo mundial é mudar a forma como os cidadãos deverão aceder aos serviços de radiodifusão. Este processo apresenta muitas vantagens e oportunidades, mas também tem muitos desafios.

A transição terá implicações nas equações económicas dos cidadãos, sobretudo os de baixa renda, que deverão adquirir novos aparelhos para os serviços de radiodifusão e um conversor para a Tv digital. O negócio irá impactar nos operadores de televisão, e assim como nos comerciantes, que deverão importar um novo equipamento.

Dada a complexidade da migração digital da televisão, o processo de divulgação e disseminação de informação aos cidadãos

moçambicanos, que ainda tem um défice de conhecimento do processo de digitalização das televisões e das suas implicações na economia familiar ou das empresas produtoras de conteúdos, requer o treinamento de activistas, de técnicos e de comunicadores, em geral. Por este motivo, o MISA organizou duas mesas redondas para a recolha de percepções e recomendações sobre o que deve ser feito.

Os encontros tiveram lugar nos dias 01 de Novembro de 2017 e 14 de Novembro de 2017, reunindo a comunidade académica e Operadores Privados da Televisão, primeiro sob o lema “Formação Profissional em Comunicação Social em Moçambique no Contexto da Migração Digital” e, segundo, tendo como foco “Modernização, Compatibilização e Acessibilidade de equipamento de Transmissão Digital”. Quanto às preocupações colocadas pelos docentes e estudantes, em termo da preparação académica para responder aos desafios impostos pelo Novos Media da radiodifusão digital revelam uma clara exclusão das instituições académicas no debate e discussão de ideias sobre o processo migratório do sistema. Além disso, o projecto do governo sobre a Migração Digital não contempla o incentivo à pesquisa e investigação, inovação e formação a longo prazo a partir das universidades. Trata-se, do ponto de vista dos docentes e estudantes, de um projecto utilitarista que visa transitar do analógico ao digital com base em importação de conhecimentos.

No encontro com os Operadores Privados da Televisão sobre a “Modernização, Compatibilização e Acessibilidade de equipamento de Transmissão Digital”, ficaram claros quatro pontos fundamentais, que respondem às suas preocupações:

1. A falta de formação dos técnicos dos operadores privados da televisão;
2. Fraca divulgação pública do processo de migração digital da televisão;
3. Silêncio do governo face aos custos para os operadores privados pela transmissão do sinal digital;
4. Falta de discussão em torno do padrão do equipamento compatível com o TMT.

Face ao exposto pelo grupo de académicos e estudantes, o MISA Moçambique manifesta a sua inquietação face aos problemas levantados, sobretudo, relativamente à exclusão da academia do debate sobre a migração digital da radiodifusão, falta de investigação, ao grau de preparação, competências técnica e



profissional dos futuros profissionais de comunicação, de modo a garantir-se a produção e distribuição de conteúdos de qualidade. Paralelamente, é preocupante a falta de preparação dos docentes para o ensino na era da radiodifusão digital, ou seja, a incapacidade de oferecer um ensino orientado para o mercado de produção digital.

A migração digital da radiodifusão representa uma oportunidade para as Escolas e Faculdades de comunicação social fazerem reformas dos planos curriculares, das metodologias de ensino – aprendizagem, uma vez que os actuais planos curriculares dos cursos apresentam um desajustamento em relação às necessidades do mercado.

Olhando para este grupo de prioridades, o presente posicionamento pretende alertar a empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão, TMT, e a Comissão para Migração Digital, COMID, sobre a necessidade de inclusão das instituições de ensino e centros de pesquisas em jornalismo no debate sobre a migração digital, porque o ensino, a investigação e a inovação são essenciais para reforçar a competitividade, promover o crescimento e dar resposta aos desafios da migração digital.

O MISA-Moçambique entende que (i) o diálogo com a academia permite melhorar e preparar o futuro dos profissionais dos media para que possam aprimorar a qualidade dos seus conteúdos e tornar as notícias cada vez mais acessíveis aos cidadãos, (ii) a reforma curricular visa atender às inovações e transformações contemporâneas da cultura mediática, que exige tanto o senso crítico quanto a habilidade de elaboração eficiente da informação para quaisquer meios de comunicação digital e, por fim, (iii) a preparação de docentes para o ensino orientado para a era digital confere-os habilidades de actuar na sala de aula com conhecimentos sólidos das suas áreas de saber.

A situação torna-se ainda mais preocupante do lado dos Operadores Privados da televisão no que concerne à modernização e compatibilização do equipamento de transmissão digital. O MISA-Moçambique entende que ausência da COMID instalou-se um silêncio entre os operadores privados das televisões e o governo. As televisões não estão preparadas para modernizar os seus equipamentos, considerando os problemas financeiros que eles enfrentam, num quadro em que o Estado não oferece nenhum estímulo para a indústria da comunicação social, o que se agrava com a ausência de um diálogo entre o governo e o sector privado que permita a discussão, assim como a formulação, de propostas de estímulos para o desenvolvimento da indústria dos media em Moçambique.

Dado que o processo de modernização do equipamento requer um grande investimento e a participação de todos os interessados, o acesso atempado à informação, a ser fornecida pelo governo através da TMT ou COMID, mostra-se como um factor fundamental de sucesso. Com base nas preocupações do sec-

tor privado, salta à vista que o governo centraliza o processo de migração digital da radiodifusão para as instituições públicas (Televisão de Moçambique e Rádio Moçambique), excluindo as Operadoras Privadas da Televisão, que também providenciam um serviço público de informação.

Do lado do consumidor, a recepção do sinal de televisão digital irá envolver a aquisição de novos dispositivos digitais ou conversores de sinal, cujas condições de compra em Moçambique são ainda incertas e praticamente desconhecidas.

Em Moçambique, os dados estatísticos indicam que mais de 90% dos televisores, incluindo os plasmas, não têm conversores incorporados. Portanto, no âmbito da migração do sistema analógico para o digital, todos os equipamentos precisarão de conversores para receber o sinal da televisão digital.

No projecto de televisão digital, serão adquiridos, numa primeira fase, 400 mil conversores para serem vendidos à população. Mesmo com as garantias da TMT de que os conversores serão vendidos ao preço do custo no fabricante, o equivalente a 1.800 meticais, e tomando em conta a volatilidade cambial, o MISA-Moçambique entende que esta medida terá um impacto negativo sobre as populações de baixa renda e, consequentemente, no acesso à informação. É importante assegurar que os custos dos conversores não sejam para garantir o lucro, mas sim para o retorno do investimento feito. Considerando que a TMT é uma Empresa com responsabilidades públicas, nem sempre deverá orientar-se pelos princípios comerciais e de rentabilidade, mas sim pela sua missão de garantir um serviço público, no qual os cidadãos participam através dos seus impostos, no caso da Rádio Moçambique e da Televisão de Moçambique.

As Televisões Comunitárias, para continuarem emitir, terão que incorrer em custos de envio de sinal bruto para o centro teledifusor em Maputo ou para um centro de teledifusão provincial, pois, deixarão de ter emissores próprios. Além disso, terão que pagar à TMT pela devolução do sinal já processado para o local de cobertura da Televisão Comunitária. Dada a precariedade financeira das Televisões Comunitárias geridas por associações, o MISA-Moçambique entende que esta situação pode aniquilar este meio de grande utilidade comunitária no acesso à informação.

O MISA-Moçambique, na sua acção de advocacia digital, influenciando os actores que tomam decisões políticas em torno do acesso do cidadão à televisão digital ou removendo políticas prejudiciais ao cidadão, entende que os Operadores Privados da Televisão precisam do apoio do governo no processo de modernização dos seus equipamentos, através de política de isenção alfandegária na importação de equipamento e não de uma moratória, que só adia os seus problemas.

Maputo, 28 de Novembro de 2017

Parceiros

